



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo licitatório nº	040/2024
Pregão Eletrônico nº	025/2024 - Compras Governamentais 90025
Critério de julgamento	Menor preço por item
Data e horário de abertura para lances:	27/05/2024. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte escolar para estudantes da rede pública em atendimento às demandas da Secretaria de Educação da Prefeitura de Cataguases-MG.
Valor global estimado	R\$ 1.393.834,20
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 3429 2500 Ramal 149 e 150
Referência de tempo	Horário de Brasília
Fundamentação Legal	14.133 de 01 de abril de 2021

A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO POR ONDE CORRERÃO AS COMUNICAÇÕES/NOTIFICAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS.

Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, **sendo a aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 (90025)

Processo nº: 040/2024

Data de Abertura para lances: 27/05/2024

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu agente de contratação denominado Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 625/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 040/2024**, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 025/2024, Tipo Menor Preço, com objeto de contratação de especializada em prestação de serviços de transporte escolar para estudantes da rede pública em atendimento às demandas da Secretaria de Educação da Prefeitura de Cataguases-MG**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte escolar para estudantes da rede pública em atendimento às demandas da Secretaria de Educação da Prefeitura de Cataguases-MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305

2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida por cada secretaria responsável:



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CÓDIGO/CENTRO DE CUSTO	Dotação orçamentária	ÁREA REQUISITANTE
10	ficha 956 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso próprio (1500) ficha 957 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso FUNDEB (1540) ficha 958 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos QSE (1550) ficha 960 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos PTE (1576)	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 Para O ITEM 3 a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



3.8 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do



financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8 e seus subitens.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do item/item;

5.1.2 Marca;



5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, **ANEXO I deste edital**.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, para todos os efeitos legais.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

5.9.1.1 Na licitação por item, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o item em seu preço global for vantajoso para a Administração.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto e fechado**”.
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor aquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

- c) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG;
- d) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG; só induzirá ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cataguases caso a referida penalidade seja a declaração de inidoneidade.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- f) Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



7.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados na plataforma do Compras Governamentais quando for solicitado pelo pregoeiro, e deverão ser apresentados em original quando for solicitado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Nível I – Credenciamento:

8.9.1.1 Inscrição CNPJ

8.9.1.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s);

8.9.2 Nível II – Habilitação Jurídica:

8.9.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

8.9.3 Nível III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

8.9.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

8.9.3.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.3.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

8.9.4 Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

8.9.4.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.9.4.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

8.9.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante;

8.9.6 Qualificação Econômico-Financeira:

8.9.6.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9.8 Documentação Complementar:

8.9.8.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos arts 62 e ss da NLLC.

8.9.8.1.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. **(conforme modelo anexo IV)**



8.9.8.1.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(conforme modelo anexo V)**

8.9.8.1.3 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(conforme modelo anexo VI)**

8.9.8.1.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário, servidor do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo VII)**

8.9.8.1.5 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **(conforme modelo anexo VIII)**

8.9.8.1.6 Declaração que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; **(conforme modelo anexo IX)**

8.9.8.1.7 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. **(conforme modelo anexo X)**

8.9.8.1.8 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; **(conforme modelo anexo XI)**

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O VENCEDOR:

8.19.1 As empresas vencedoras após a solicitação do pregoeiro deverão apresentar NO PRAZO DE 15 (quinze) dias corridos a partir da solicitação do pregoeiro, os seguintes documentos:

8.19.1.1 Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV) em nome e de propriedade do concorrente, regular e em dia com seus tributos junto aos órgãos competentes; e no caso de veículos com financiamento este deve estar registrado no certificado de propriedade do veículo o nome do futuro Contratado como Arrendatário;

8.19.1.2 Regularidade com o Seguro obrigatório (DPVAT);

8.19.1.3 Documento que comprove o seguro contra acidentes pessoais de passageiros vinculados ao veículo em dia (danos materiais, pessoais, mortes, invalidez, etc);



8.19.1.4 Cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, do condutor do veículo na categoria exigida para transporte escolar (D ou superior), acompanhada de cópias do Comprovante de endereço atualizado, CPF e Carteira de identidade para fins de comprovação de que o condutor tenha idade superior a vinte e um anos;

8.19.1.5 Comprovante do curso de motorista apto para o transporte de alunos nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência, apresentando documento comprobatório em nome do condutor;

8.19.1.6 Comprovação de que o condutor não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

8.19.1.7 Apresentar certidão de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal, devendo ser negativo, em nome do condutor;

8.19.1.8 Comprovante de que o monitor de transporte escolar tem idade mínima de 18 (dezoito) anos, nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e certidão negativa de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal;

8.19.1.9 Comprovação de que o veículo é legalmente destinado à condução coletiva de escolares, para fins de circulação nas vias abertas à circulação, atende aos seguintes requisitos:

- a. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (tacógrafo);
- b. registro como veículo de passageiros;
- c. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- d. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- e. Cintos de segurança em número igual à lotação, atendidas as exigências das Resoluções CONTRAN vigente, especialmente: para o condutor deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator e para os passageiros poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal;
- f. Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do comportamento destinado a passageiros;
- g. Limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;
- h. Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i. Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- j. Laudo de inspeção veicular vigente para o transporte de escolares;
- k. Autorização para circular afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

8.19.2 O prazo de 15 dias poderá ser prorrogado por igual período, quando necessário, mediante solicitação do licitante e autorização por parte da contratante.

8.19.3 A documentação listada no item 8.19 será enviada para a Secretaria de Educação para análise da parte técnica do transporte em auxílio ao Pregoeiro.



8. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1 o licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 15 (quinze) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, os quais serão registrados na ata da sessão pública;

9.3.1.2 o agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

9.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br.



10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A garantia mínima dos serviços conforme termo de referência.

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.2 Poderá ser substituído a marca/modelo do produto, quando for o caso, objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado conforme legislação vigente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

14.3 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

14.4 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sendo:

CÓDIGO/CENTRO DE CUSTO	Dotação orçamentária	ÁREA REQUISITANTE
10	ficha 956 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso próprio (1500) ficha 957 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso FUNDEB (1540) ficha 958 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos QSE (1550) ficha 960 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos PTE (1576)	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



14.5 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

14.6 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

14.7 O valor estimado para contratação é de **R\$ 1.393.834,20**. (um milhão, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), de acordo com o mapa analítico anexo.

14.8 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto lícitado.

14.9 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme disposto nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar;

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que **aplicou a penalidade**.

15.2.5 na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.6 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.7 as peculiaridades do caso concreto;

15.2.8 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.9 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.10 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 A sanção prevista no item 15.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.3.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;

15.3.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;

15.3.3 dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;

15.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;

15.3.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;



15.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;

15.3.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **30% do valor do contrato;**

15.3.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **30% do valor do contrato;**

15.3.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 30% do valor do contrato;

15.4 A sanção prevista no item 15.3.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.1, 15.3.2, 15.3.3, 15.3.4, 15.3.5 e 15.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4.1 A sanção prevista no item 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11 e 15.3.12 do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.2 A sanção estabelecida no item 15.3.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

15.4.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência da autoridade competente.

15.4.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

15.4.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.4.2.4 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

15.5 As infrações e sanções deverão ser apuradas por uma comissão processante nomeada para as atribuições.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

17.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO

Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS

Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO

Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA

Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.

Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

Anexo XII - Cotação de preços/Mapa analítico

Anexo XIII - Estudo técnico preliminar (ETP)

Anexo XIV - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XV - Termo de referência e demandas

Anexo XVI - Relação dos itens no Compras Governamentais

Anexo XVII - Lei 4.853/2022

Anexo XVIII - Lei 4.971/2023

Anexo XIX - Parecer jurídico abertura do processo

18 O FORO

18.1 O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

Cataguases, 09 de maio de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 (90022)

• **ELABORADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PMC.**

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
MODALIDADE - Pregão Eletrônico

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANTANTE

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação

ASSUNTO: Serviço de Transporte Escolar para estudantes de rede pública

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o Processo Licitatório, do tipo Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada em serviços de **Transporte Escolar** para estudantes da Rede Pública de Ensino visando suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Cataguases/MG.

1.1 Entende-se como transporte escolar, a condução de escolares, realizada como transporte de passageiros e executado nos termos dos arts. 136 ao 139 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normas aplicáveis.

1.2 Especificação do objeto:

Item	Código CATSER	Discriminação das rotas	Km da rota	Preço médio estimado do Km (R\$)	Preço diário médio estimado (R\$)	Quantidade totais de dias estimados por item/rota	Valor total estimado por item/rota (R\$)
01	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 36 a 40 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI/VISTA ALEGRE/CATAGUASES, via não pavimentada, com monitor	95	9,73	924,35	220	203.357,00
02	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	64	8,89	568,96	220	125.171,20
03	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	36	9,21	331,56	220	72.943,20
04	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 44 a 50 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA E SERENO X CATAGUASES, via não pavimentada/pavimentada, sem monitor	160	8,09	1.294,40	220	284.768,00
05	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA NEBLINA/LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	64	9,53	609,92	220	134.182,40



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

06	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA ASFALTO/LINHA 02, via pavimentada/não pavimentada, com monitor	44	9,08	399,52	220	87.894,40
07	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	58	10,93	633,94	220	139.466,80
08	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	48	12,94	621,12	220	136.646,40
09	5240	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 15 a 17 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA CATAGUARINO ZONA RURAL PARA E. M. BOAVENTURA ABRITTA, via não pavimentada, com monitor	72	13,22	951,84	220	209.404,80
TOTAL ESTIMADO (R\$)							1.393.834,20

1.3 O objeto da presente contratação é um serviço classificado como essencial estando posto como de alta prioridade para o atendimento do direito de acesso à educação e aos programas suplementares que o apoiam, conforme assegurado em lei. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, enquadra-se na categoria serviço comum posto que é passível de especificações objetivas e usuais de mercado, justificando dessa, forma, a modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Será exigido, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a execução do objeto para o atendimento ao total de dias letivos compreendidos na vigência contratual conforme calendário letivo dos anos 2024/2025, aprovado pela Secretaria de Educação. Cada contrato poderá atingir o máximo de 220 dias letivos tendo em vista o período de vigência contratual de 12 meses, repetidos os limites previstos em leis.

1.5 As rotas poderão sofrer adaptação conforme a alteração de matrícula-escola/residência de alunos no que se refere à quilometragem e pontos de referência/itinerário, devendo, dada a alteração, ser objeto de aditamento contratual.

1.6 O valor total estimado para a aquisição do objeto deste Termo é de **R\$ 1.393.834,20**. (Um milhão, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) conforme os custos apostos na tabela constante no item 1.2 cuja cotação baseou-se nos dados constantes do Anexo II deste TR.

1.7 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da data de homologação de cada contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.8 Como critério de julgamento da melhor proposta será cumprido o disposto no art. 82, inciso V da lei nº 14.133/2021, onde está estabelecida que a proposta vencedora será a de menor preço por item sobre tabela de preços praticada no mercado e cotação de preços constante no Anexo II deste Termo.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/90) e a lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), dispõem sobre a educação como direito subjetivo e pilar de desenvolvimento da sociedade brasileira; ao tempo em que o transporte escolar está disposto na legislação como programa suplementar e indispensável para que o estudante possa usufruir de seu direito à educação.

2.2 O art. 206 da CF/88 assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola enquanto o seu art. 208 complementa esse direito impondo ao Poder Público a efetivação do direito à educação por meio da oferta de ensino público gratuito e obrigatório da pré-escola ao ensino médio, incluindo os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

2.3 Compete ao Município a oferta da educação infantil e do ensino fundamental, cabendo-lhe, ainda, assegurar o transporte escolar aos alunos matriculados na sua rede de ensino, conforme dispõe o art. 11, inciso VI da Lei n. 9.394/96;

2.4 Pensando em garantir o acesso dos estudantes da educação básica pública residentes em áreas mais distantes é que o governo federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) criou o Programa Nacional de



Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) para auxiliar os Municípios, Estados e o Distrito Federal nas despesas com o transporte escolar de alunos residentes em área rural ou em lugares de difícil acesso.

- 2.5 Embora a LDBEN delimite as responsabilidades de estados e municípios com relação ao transporte escolar, o conveniamento é permitido e, no Estado de Minas Gerais, em cooperação com os municípios, o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar do Estado de Minas Gerais (PTE/MG) repassa ao Município recursos financeiros para o transporte dos alunos da educação básica da rede estadual residentes na zona rural.
- 2.6 O Município de Cataguases tem acordo de cooperação com o estado de Minas Gerais e recebe recursos do PTE.
- 2.7 A justificativa encontra-se pormenorizada no ETP e sumarizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) emitido pela Secretaria de Educação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Optou-se pela contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte escolar na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

3.2 O objeto desta contratação é um serviço comum, considerado essencial para a efetivação do direito à educação devendo ser disponibilizados em consonância com a legislação vigente (artigos 136 ao 139 do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções da CONTRAN/MG), e demais normas conforme as exigências dentro da categoria em que se enquadra.

3.3 Visando o atendimento do direito fundamental e subjetivo de acesso a educação e de programas suplementares que lhe dão suporte, faz-se mister que haja a oferta de transporte escolar público e gratuito aos alunos matriculados na rede pública municipal e estadual de educação básica residentes na área rural e/ou distantes da unidade escolar mais próximas de sua residência.

3.4 Estando considerada a demanda (alunos matriculados, locais de residência e localização das escolas bem como as distâncias a serem percorridas) e a indisponibilidade de veículos de frota própria, foram estabelecidas as rotas a serem atendidas por empresa contratada com veículos e condutores habilitados na forma da legislação brasileira de trânsito, conforme as condições e prazos que serão estabelecidos no Termo de Referência, tendo em vista os contratos vigentes e a não possibilidade de novos aditamentos na forma da lei.

3.5 A contratação dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 1 (e seus subitens) deste TR, por se tratar de serviço essencial regulado por leis próprias e, no item 8 encontram-se pormenorizados em subitens os requisitos da contratação no que se refere à empresa, aos veículos, aos condutores e monitores.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Visando um melhor controle quanto à medição dos serviços prestados, tendo em vista que os mesmos são realizados em trajetos geograficamente irregulares, com eventuais desvios (em dias de chuva, por exemplo), optou-se pelo sistema de ROTAS. Desta forma, vinculam-se as partes (partida e chegada), permitindo uma melhor fiscalização do contrato por parte do Município.

4.2 A definição dos itinerários promove uma melhor interação entre os alunos, considerando que são transportados alunos de uma mesma região (rota) para uma mesma escola ou, pelo menos, próximos uns dos outros, reduz os custos e promove uma melhor segurança, no sentido de que a Secretaria Municipal de Educação e os pais dos alunos possam ter conhecimento por quais vias estão trafegando seus alunos e/ou filhos.

4.3 A base para a definição do objeto/rotas é o zoneamento consideradas as áreas de localização das escolas e a proximidade com as áreas residenciais dos alunos. Conforme o zoneamento e distâncias a serem percorridas, bem como horários de entrada e saída nas unidades escolares estabeleceram-se rotas e os dados referentes às distâncias percorridas em cada rota foram verificados, consolidados e descritos integrando o item 1.2 deste Termo de Referência.

4.4 A verificação do itinerário e quilometragem deu-se a partir das rotas executadas no último ano (2023) e que, desde 2019 seguem estabelecidas como despesa continuada para garantia do acesso à educação pelo Município, com levantamento de campo dos trajetos/percursos realizado durante a segunda quinzena do mês de Março/2024 após o recebimento de informações sobre a matrícula de alunos por escola e a necessidade de uso do transporte escolar, resultando na edição individualizada de cada rota para atendimento da demanda neste ano letivo de 2024.

4.5 Para a execução dos serviços de transporte escolar será admitido somente a utilização de veículos com o máximo de 15 anos de uso/fabricação, em excelente estado de conservação e com capacidade mínima de passageiros conforme cada itinerário descrito no item 1.2 e Anexo I deste TR, como também descrito no ETP e no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

4.6 O veículo utilizado pela contratada no transporte dos alunos deverá encontrar-se em excelente estado de conservação, limpo, contendo todos os acessórios de segurança exigidos pela legislação pertinente.

4.7 É estritamente vedada a cobrança de qualquer taxa adicional para os beneficiários do transporte.

4.8 Somente poderão ser transportados pelo veículo os usuários devidamente cadastrados, cabendo a contratante manter uma lista atualizada com os nomes completos e CPF's dos mesmos em harmonia com a contratada.

4.9 Não serão admitidos contratos de comodato ou de locação de veículos.

4.10 Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

4.11 O monitor de transporte escolar deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e deverá permanecer no veículo durante todo o período de operação da rota, auxiliando no embarque e desembarque dos alunos e zelando, igualmente, pela vigilância e segurança dos alunos transportados.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

4.12 Os requisitos referentes aos monitores e condutores deverão ser exigidos no momento da contratação ou sempre que houver substituição dos mesmos.

4.13 Será exigido, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a execução do objeto para o atendimento ao total de dias letivos compreendidos na vigência contratual conforme calendário letivo dos anos 2024/2025, aprovado pela Secretaria de Educação. Cada contrato poderá atingir o máximo de 220 dias letivos tendo em vista o período de vigência contratual de 12 meses.

4.14 As rotas poderão sofrer adaptação conforme a alteração de matrícula-escola/residência de alunos no que se refere à quilometragem e pontos de referência/itinerário, devendo, dada a alteração, ser objeto de aditamento contratual.

4.15 A contratação deverá ter vigência pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.16 **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17 Obrigações da contratada

4.17.1 É objeto deste TR a contratação de pessoa jurídica que cumprir todas as exigências legais para a habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico financeira em conformidade com a lei 14.133/2021, visando a prestação de serviços de transporte escolar, conforme as rotas definidas neste instrumento, a partir do menor preço, nele incluso todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios abrangendo o fornecimento de veículos convencionais e adaptados, abastecidos de combustível com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa, com um ou dois operadores, sendo um condutor e um monitor nas rotas/linhas conforme descrito no item 1.2 deste TR.

4.17.2 A empresa contratada obriga-se a executar o objeto a que se refere este Termo de acordo com as especificações descritas no Anexo I, seguindo estritamente as normas técnicas e regulamentadoras pertinentes ao ramo de atividade a que se enquadra o objeto.

4.17.3 Em qualquer tempo durante a execução dos serviços e vigência contratual, constatadas discrepâncias com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da Contratada para sanear as irregularidades.

4.17.4 Será de responsabilidade da contratada a imediata substituição do veículo, ainda que temporariamente, quando constatado não estar em conformidade com as referidas especificações e condições.

4.17.5 A contratada será responsável por eventuais veículos substitutos nos casos de falhas mecânicas ou incidentes que inviabilizarem o tráfego do veículo principal.

4.17.6 Em subsídio à contratação levar-se-á em conta também as normas do Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

4.17.7 **As empresas vencedoras após a solicitação do pregoeiro deverão apresentar NO PRAZO DE 15 (quinze) dias corridos a partir da solicitação do pregoeiro. O prazo de 15 dias poderá ser prorrogado por igual período, quando necessário, mediante autorização por parte da contratante.**

I Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV) em nome e de propriedade do concorrente, regular e em dia com seus tributos junto aos órgãos competentes; e no caso de veículos com financiamento este deve estar registrado no certificado de propriedade do veículo o nome do futuro Contratado como Arrendatário;

II Regularidade com o Seguro obrigatório (DPVAT);

III Documento que comprove o seguro contra acidentes pessoais de passageiros vinculados ao veículo em dia (danos materiais, pessoais, mortes, invalidez, etc);

IV Cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, do condutor do veículo na categoria exigida para transporte escolar (D ou superior), acompanhada de cópias do Comprovante de endereço atualizado, CPF e Carteira de identidade para fins de comprovação de que o condutor tenha idade superior a vinte e um anos;

V Comprovante do curso de motorista apto para o transporte de alunos nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência, apresentando documento comprobatório em nome do condutor;

VI Comprovação de que o condutor não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

VII **Apresentar certidão de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal, devendo ser negativo, em nome do condutor;**

VIII **Comprovante de que o monitor de transporte escolar tem idade mínima de 18 (dezoito) anos, nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e certidão negativa de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal;**

IX Comprovação de que o veículo é legalmente destinado à condução coletiva de escolares, para fins de circulação nas vias abertas à circulação, atende aos seguintes requisitos:

l. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (tacógrafo);

m. registro como veículo de passageiros;

n. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

o. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

p. Cintos de segurança em número igual à lotação, atendidas as exigências das Resoluções CONTRAN vigente, especialmente: para o condutor deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator e para os passageiros poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal;

q. Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do comportamento destinado a passageiros;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- r. Limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;
- s. Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- t. Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- u. Laudo de inspeção veicular vigente para o transporte de escolares;
- v. Autorização para circular afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

A documentação listada no item 4.17.7 será enviada para a Secretaria de Educação para análise da parte técnica do transporte em auxílio ao Pregoeiro.

4.17.8 O motorista indicado pela contratada poderá ser substituído por outro igualmente qualificado, desde que informado ao fiscal do contrato com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis pela contratada.

4.17.8.1 O prazo estabelecido no item 4.17.8 poderá ser reduzido nos casos supervenientes, desde que sejam devidamente justificados pela empresa vencedora.

4.17.9 Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA.

4.17.10 A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços.

4.17.11 A Empresa contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, estar apta para dar início à prestação dos serviços e ter os veículos aprovados por inspeção da CATRANS e/ou Secretaria de Educação no que tange aos requisitos técnicos descritos no item 4.17.6 deste Termo.

4.17.12 O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.

4.17.13 Fica vedada a aposição de inscrições, anúncios, painéis decorativos e pinturas nas áreas envidraçadas do veículo.

4.17.14 Durante a vigência do contrato o veículo utilizado para a prestação dos serviços não poderá ter idade superior a 15 (quinze) anos.

4.17.15 Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais semestrais, para verificação específica dos itens de segurança/equipamentos específicos para transporte escolar, sob a responsabilidade da contratada conforme citado na alínea “j” do item 4.17.6 deste TR.

4.18 Obrigações da contratante

4.18.1 Somente poderão ser transportados pelo veículo os usuários devidamente cadastrados, cabendo a contratante manter uma lista atualizada com os nomes completos e CPF's dos mesmos em harmonia com a contratada.

4.18.2 A vistoria das ROTAS será realizada pela Secretaria de Educação.

4.18.3 O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.

4.18.4 Notificar à contratada, em qualquer tempo durante a execução dos serviços e vigência contratual, quando constatadas discrepâncias com as especificações, visando o saneamento das irregularidades.

4.18.5 Manter atualizada a lista de usuários por rota, informando à contratada e, proceder a fiscalização da execução das rotas.

4.18.6 Realizar os pagamentos conforme prazos e condições contratuais, após a emissão da Autorização de fornecimento.

4.18.7 A Contratante deverá notificar, quando necessário, a Contratada através do setor de Licitações, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto do contrato.

4.18.8 A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Condições de Entrega

5.1.1 O serviço deve ser prestado diariamente conforme Calendário letivo e horários/itinerário especificado para a rota, após o recebimento mensal da Autorização de Fornecimento (AF) pelo fornecedor.

5.1.2. A execução contratual deverá ocorrer mediante prévio envio da Autorização de Fornecimento por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA onde a mesma deverá respeitar o quantitativo solicitado e realizar a execução dos serviços conforme as rotas e itinerários, dias letivos e horários estabelecidos e indicado na AF e/ou e-mail, conforme definido pelo fiscal de contrato da Secretaria.

5.1.3 Por se tratar de um serviço essencial e suplementar ao direito de acesso à educação, uma vez notificado, a Contratada providenciará as correções de vício ou defeito ou incorformidades com o descrito neste TR no prazo de até 06 (seis) horas, contados a partir da ciência pela Contratada.

5.2. Garantia dos Produtos/Bens/Objetos

5.2.1. A garantia para a prestação de serviços será conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.2. Fiscalização

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos que vierem a ser nomeados pela Administração, a saber:

Sra. Sandra Helena Venturini

6.3. Fiscalização Técnica ocorrerá com o acompanhamento da execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas e requisitos contidos no Código Brasileiro de Trânsito para a execução de serviços de transporte escolar, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, estando definido o Sr. Márcio Silvério do Vale.

6.4. Fiscalização Administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.5. Gestor do Contrato

6.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Recebimento

7.1.1 Os serviços serão medidos a partir da execução diária conforme Calendário letivo, itinerário e horários e ao final de cada mês, emitida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Liquidação

7.2.1. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 02 (dois) dias úteis;

7.2.2. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data de sua apresentação.

7.3. Pagamento

7.3.1. O pagamento do objeto deste Termo será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

8.2 Forma de fornecimento

8.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado conforme a rota e dias letivos com a abertura de demanda realizada pela Secretaria a partir da emissão da AF.

8.3 Da habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira

8.3.1 Os documentos necessários para habilitação do fornecedor se encontrarão descritos no edital.

8.4 Qualificação Técnica

8.4.1 Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto.

8.4.2 O licitante deverá apresentar os documentos relativos à habilitação do veículo, do condutor e monitor conforme normas de trânsito brasileiro (CTB, artigos 136 a 139), demais normas aplicáveis e requisitos especificados no item 4.17 deste TR.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.393.834,20**. (Um milhão, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), conforme custos unitários médios apostos na Cotação de preços anexa a este Termo.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

CÓDIGO/CENTRO DE CUSTO	Dotação orçamentária	ÁREA REQUISITANTE
10	ficha 956 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso próprio (1500) ficha 957 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso FUNDEB (1540)	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

	ficha 958 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos QSE (1550) ficha 960 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos PTE (1576)	
--	--	--

Cataguases, MG, aos 06 de maio de 2024.

Luciana Margarete M. Rocha
Elaboração do TR

Márcio Silvério do Vale
Fiscal Técnico

Sandrea Helena Venturini
Fiscal do contrato

Júlio César Pereira
Secretário de Educação



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 (90025)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 27 de maio de 2024

Horário: 9 (nove) horas

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAIL:

TELEFONE:

DADOS BANCÁRIOS:

Item	Descrição	Unidade	Km da Rota	Quantidade de km total	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 36 a 40 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI/VISTA ALEGRE/CATAGUASES, via não pavimentada, com monitor	KM	95	20.900		
02	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	KM	64	14.080		
03	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	KM	36	7.920		
04	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 44 a 50 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA E SERENO X CATAGUASES, via não pavimentada/pavimentada, sem monitor	KM	160	35.200		
05	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA NEBLINA/LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	KM	64	14.080		
06	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA ASFALTO/LINHA 02, via pavimentada/não pavimentada, com monitor	KM	44	9.680		



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

07	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	KM	58	12.760		
08	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	KM	48	10.560		
09	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 15 a 17 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA CATAGUARINO ZONA RURAL PARA E. M. BOAVENTURA ABRITTA, via não pavimentada, com monitor	KM	72	15.840		
					Total:	

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

- 1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.
- 2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.
- 3- Esta proposta tem validade de _____ dias. (mínimo 60 dias).

_____, ____ de _____ de 2024
(Cidade e data)

(representante legal)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 040/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 025/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte escolar para estudantes da rede pública em atendimento às demandas da Secretaria de Educação da Prefeitura de Cataguases-MG, a saber:

Item	Descrição	Unidade	Km da Rota	Quantidade de km total	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 36 a 40 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI/VISTA ALEGRE/CATAGUASES, via não pavimentada, com monitor	KM	95	20.900		
02	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	KM	64	14.080		
03	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 09 a 12 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA ARACATI ZONA RURAL PARA E.M. F. R. ALMEIDA / LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	KM	36	7.920		
04	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 44 a 50 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA E SERENO X CATAGUASES, via não pavimentada/pavimentada, sem monitor	KM	160	35.200		
05	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA NEBLINA/LINHA 01, via não	KM	64	14.080		



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

	pavimentada, com monitor					
06	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA GLÓRIA/E.M. JOÃO IGNÁCIO PEIXOTO - VIA ASFALTO/LINHA 02, via pavimentada/não pavimentada, com monitor	KM	44	9.680		
07	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 01, via não pavimentada, com monitor	KM	58	12.760		
08	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 12 a 15 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA VISTA ALEGRE ZONA RURAL PARA E. M. MANOEL PAIS TIAGO/LINHA 02, via não pavimentada, com monitor	KM	48	10.560		
09	Serviço de transporte escolar realizado por 01 veículo com 15 a 17 lugares no mínimo para atendimento da demanda referente à ROTA CATAGUARINO ZONA RURAL PARA E. M. BOAVENTURA ABRITTA, via não pavimentada, com monitor	KM	72	15.840		
					Total:	

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência do edital referente ao PL 040/2024;

1.2.2 A Proposta do contratado; e

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos que compõem o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de e finalizado em

2.2 O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O serviço deve ser prestado diariamente conforme Calendário letivo e horários/itinerário especificado para a rota, após o recebimento mensal da Autorização de Fornecimento (AF) pelo fornecedor.

3.2. A execução contratual deverá ocorrer mediante prévio envio da Autorização de Fornecimento por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA onde a mesma deverá respeitar o quantitativo solicitado e realizar a execução dos serviços conforme as rotas e itinerários, dias letivos e horários estabelecidos e indicado na AF e/ou e-mail, conforme definido pelo fiscal de contrato da Secretaria.

3.3 Por se tratar de um serviço essencial e suplementar ao direito de acesso à educação, uma vez notificado, a Contratada providenciará as correções de vício ou defeito ou incorformidades com o descrito neste TR no prazo de até 06 (seis) horas, contados a partir da ciência pela Contratada.

3.4. Garantia dos Produtos/Bens/Objetos

3.4.1. A garantia para a prestação de serviços será conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.6 Para a execução dos serviços de transporte escolar será admitido somente a utilização de veículos com o máximo de



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

15 anos de uso/fabricação, em excelente estado de conservação e com capacidade mínima de passageiros conforme cada itinerário descrito no item 1.2 e Anexo I do TR, como também descrito no ETP e no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

3.7 O veículo utilizado pela contratada no transporte dos alunos deverá encontrar-se em excelente estado de conservação, limpo, contendo todos os acessórios de segurança exigidos pela legislação pertinente.

3.8 É estritamente vedada a cobrança de qualquer taxa adicional para os beneficiários do transporte.

3.9 Somente poderão ser transportados pelo veículo os usuários devidamente cadastrados, cabendo a contratante manter uma lista atualizada com os nomes completos e CPF's dos mesmos em harmonia com a contratada.

3.10 Não serão admitidos contratos de comodato ou de locação de veículos.

3.11 Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

3.12 O monitor de transporte escolar deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e deverá permanecer no veículo durante todo o período de operação da rota, auxiliando no embarque e desembarque dos alunos e zelando, igualmente, pela vigilância e segurança dos alunos transportados.

3.13 Os requisitos referentes aos monitores e condutores deverão ser exigidos no momento da contratação ou sempre que houver substituição dos mesmos.

3.14 Será exigido, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a execução do objeto para o atendimento ao total de dias letivos compreendidos na vigência contratual conforme calendário letivo dos anos 2024/2025, aprovado pela Secretaria de Educação. Cada contrato poderá atingir o máximo de 220 dias letivos tendo em vista o período de vigência contratual de 12 meses.

3.15 As rotas poderão sofrer adaptação conforme a alteração de matrícula-escola/residência de alunos no que se refere à quilometragem e pontos de referência/itinerário, devendo, dada a alteração, ser objeto de aditamento contratual.

3.16 A contratação deverá ter vigência pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.17. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.18 Recebimento

3.18.1 Os serviços serão medidos a partir da execução diária conforme Calendário letivo, itinerário e horários e ao final de cada mês, emitida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:

6.1.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria responsável e apresentação das certidões conforme item 6.1.5.

6.1.2 Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as

6.1.3 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante

6.1.4 O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.

6.1.5 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.

6.1.6 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo

6.1.7 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.1.8 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, não sendo necessário reajuste pois a vigência do contrato não ultrapassará 1 (um) ano.

7.2 Os preços poderão sofrer reequilíbrio financeiro desde que comprovado pela empresa e análise feita pelo fiscal do contrato.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1 Somente poderão ser transportados pelo veículo os usuários devidamente cadastrados, cabendo a contratante manter uma lista atualizada com os nomes completos e CPF's dos mesmos em harmonia com a contratada.
- 8.2 A vistoria das ROTAS será realizada pela Secretaria de Educação.
- 8.3 O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.
- 8.4 Notificar à contratada, em qualquer tempo durante a execução dos serviços e vigência contratual, quando constatadas discrepâncias com as especificações, visando o saneamento das irregularidades.
- 8.5 Manter atualizada a lista de usuários por rota, informando à contratada e, proceder a fiscalização da execução das rotas.
- 8.6 Realizar os pagamentos conforme prazos e condições contratuais, após a emissão da Autorização de fornecimento.
- 8.7 A Contratante deverá notificar, quando necessário, a Contratada através do setor de Licitações, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto do contrato.
- 8.8 A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 É objeto deste TR a contratação de pessoa jurídica que cumprir todas as exigências legais para a habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico financeira em conformidade com a lei 14.133/2021, visando a prestação de serviços de transporte escolar, conforme as rotas definidas neste instrumento, a partir do menor preço, nele incluso todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios abrangendo o fornecimento de veículos convencionais e adaptados, abastecidos de combustível com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa, com um ou dois operadores, sendo um condutor e um monitor nas rotas/linhas conforme descrito no item 1.2 do TR.
- 9.2 A empresa contratada obriga-se a executar o objeto a que se refere este contrato de acordo com as especificações descritas na cláusula primeira, seguindo estritamente as normas técnicas e regulamentadoras pertinentes ao ramo de atividade a que se enquadra o objeto.
- 9.3 Em qualquer tempo durante a execução dos serviços e vigência contratual, constatadas discrepâncias com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da Contratada para sanear as irregularidades.
- 9.4 Será de responsabilidade da contratada a imediata substituição do veículo, ainda que temporariamente, quando constatado não estar em conformidade com as referidas especificações e condições.
- 9.4.1 A contratada será responsável por eventuais veículos substitutos nos casos de falhas mecânicas ou incidentes que inviabilizarem o tráfego do veículo principal.
- 9.5 Em subsídio à contratação levar-se-á em conta também as normas do Código de Defesa do Consumidor Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 9.6 O veículo deverá atender aos seguintes requisitos:
- a. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (tacógrafo);
 - b. registro como veículo de passageiros;
 - c. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
 - d. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
 - e. Cintos de segurança em número igual à lotação, atendidas as exigências das Resoluções CONTRAN vigente, especialmente: para o condutor deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator e para os passageiros poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal;
 - f. Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do comportamento destinado a passageiros;
 - g. Limitadores de abertura dos vidros correções, de no máximo dez centímetros;
 - h. Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
 - i. Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
 - j. Laudo de inspeção veicular vigente para o transporte de escolares;
 - k. Autorização para circular afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.
- 9.7 O motorista indicado poderá ser substituído por outro igualmente qualificado, desde que informado com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis pela contratada.
- 9.7.1 O prazo estabelecido no item 9.8 poderá ser reduzido nos casos supervenientes, desde que sejam devidamente justificados pela empresa vencedora.
- 9.8 Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA.
- 9.9 A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços.
- 9.10 A Empresa contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, estar apta para dar início à prestação dos serviços e ter os veículos aprovados por inspeção da CATRANS e/ou Secretaria de Educação no que tange aos requisitos técnicos descritos no no termo de referência.
- 9.11 O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 9.12 Fica vedada a aposição de inscrições, anúncios, painéis decorativos e pinturas nas áreas envidraçadas do veículo.
- 9.13 Durante a vigência do contrato o veículo utilizado para a prestação dos serviços não poderá ter idade superior a 15 (quinze) anos.
- 9.14 Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais semestrais, para verificação específica dos itens de segurança/equipamentos específicos para transporte escolar, sob a responsabilidade da contratada conforme citado na alínea "j" do item 9.6 deste TR.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Multa**:
 - Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Pprocesso Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.
- 12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos

órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

13.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CÓDIGO/CENTRO DE CUSTO	Dotação orçamentária	ÁREA REQUISITANTE
10	ficha 956 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso próprio (1500) ficha 957 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica/recurso FUNDEB (1540) ficha 958 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos QSE (1550) ficha 960 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica /recursos PTE (1576)	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá Fiscal o servidor **Márcio Silvério do Vale e a servidora Sandra Helena Venturini**.

17.1.1 Fiscalização Técnica ocorrerá com o acompanhamento da execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas e requisitos contidos no Código Brasileiro de Trânsito para a execução de serviços de transporte escolar, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, estando definido o Sr. Márcio Silvério do Vale.

17.1.2 Fiscalização Administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário de Educação a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da empresa contratada juntamente com a fiscal do contrato.

17.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

17.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.6 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91,



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).
Cataguases, ____ de ____ de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV & 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal ou sócio/societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XI

Processo Licitatório nº 040/2024
Pregão Eletrônico nº 025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.